

Programa

Integração AABB Comunidade

Projeto Político Pedagógico

O que nos une

1. Identificação e contextualização

1.1 Nome

1.2 Instituidores, convenentes, parceiros e outros atores

1.3 Conceito

1.4 Público

1.5 Histórico

2. Princípios

3. Marco referencial

3.1 Marcos legais

3.2 Marcos teóricos

4. Objetivos

4.1 Objetivo geral

4.2 Objetivos específicos

5. Prática pedagógica

5.1 Metodologia

5.2 Macrocampos do conhecimento

5.3 Seleção dos temas a serem estudados

5.4 Organização do tempo e espaços

5.5 Seleção e enturmação dos educandos

5.6 Equipe AABB Comunidade

5.7 Novas tecnologias aplicadas à Educação

5.8 Planejamento Pedagógico

5.9 Recursos

5.10 Acompanhamento e avaliação dos educandos

6. Monitoramento e Avaliação

7. Projeto Político Pedagógico – Âmbito local

1. Identificação e contextualização

1.1 Nome

Programa Integração AABB Comunidade

1.2 Instituidores, convenentes, parceiros e outros atores

Instituidores

- Federação Nacional das AABBs (FENABB);
- Fundação Banco do Brasil (FBB).

Convenentes

- Instituições de direito público ou privado, sem finalidade lucrativa.

Parceiros e outros atores

- Agências de Relacionamento – Banco do Brasil;
- Associações Atléticas do Banco do Brasil (AABBs);
- Conselhos Estaduais das AABBs (CESABBs);
- escolas;
- famílias;
- lideranças das comunidades atendidas;
- organizações do setor público, privado e terceiro setor.

1.3 Conceito

O *Programa Integração AABB Comunidade* consiste em uma proposta socioeducativa, desenvolvida nas AABBs, que integra família, escola e comunidade.

1.4 Público

- Crianças e adolescentes com idade entre 6 e 18 anos incompletos, de famílias de baixa renda.
- Educadores sociais.

1.5 Histórico

Fundada em 10.03.1928, em Belém, a primeira AABB do Brasil inspirou a criação das atuais sedes em funcionamento, que se dedicam à realização de eventos esportivos, culturais e sociais.

Inicialmente concebidas para atender somente aos funcionários do Banco do Brasil e seus convidados, a partir dos anos 70 as AABBs passaram a aceitar clientes do Banco como associados, favorecendo a integração de funcionários dessa instituição à comunidade.

Em 1977 é criada a FENABB, com o objetivo de transformar as 719 AABBs já existentes em um sistema integrado, propondo ações de âmbito nacional, sem descuidar das características e interesses regionais e locais de suas filiações.

Em novembro de 1986 é dado mais um passo no sentido de integrar as AABBs e seus associados à comunidade. É criado o *Programa Integração AABB Comunidade*, que tem como principal motivação a disponibilização das instalações – salões, quadras esportivas, piscinas, entre outras – às crianças e adolescentes de famílias de baixa renda.

Em agosto de 1987, foi autorizada a implementação do Programa, em caráter experimental, e iniciadas as atividades nas AABBs Quixadá (CE) – 19.09.87, Erechim (RS) – 24.10.87, Quixeramobim (CE) – 31.10.87 e Cristalina (GO) – 12.12.87.

Orientado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, o Programa propõe complementação socioeducacional de forma integrada à família, à escola e à comunidade, favorecendo o desenvolvimento socioeducativo das crianças e adolescentes atendidos.

Passados 30 anos, o Programa está presente em cerca de 300 municípios, distribuídos por 25 estados e o Distrito Federal, contando com a parceria de prefeituras e de outras instituições públicas e privadas. São cerca de 43.000 crianças e adolescentes com acesso às instalações das AABBs, acompanhados em atividades escolares, esportivas, culturais e sociais por aproximadamente 2.500 educadores.

O Programa conta, também, com colaboradores de diferentes áreas – professores, médicos, dentistas, assistentes sociais, entre outros -, e com parceiros, nos âmbitos nacional, regional e local, que, juntamente com as famílias e as escolas dessas crianças e adolescentes, fazem dessa experiência coletiva um sucesso.

2. Princípios

Ampliação da democracia – Pressupõe a valorização da diversidade de gênero, etnia, classe social, opção política, orientação sexual, ideias, valores e crenças, o pleno exercício de direitos e deveres, e a criação de oportunidades que minimizem as desigualdades sociais, favorecendo a melhoria da qualidade de vida.

Educação transformadora – A transformação social passa pela opção da sociedade – poder público, privado e sociedade civil – em priorizar uma educação de qualidade para todos, sustentada na crença de que é possível a construção coletiva de um mundo onde haja mais equidade e justiça.

Educação para o trabalho – As ações propostas favorecem a inclusão socioproductiva, ampliando as percepções e as possibilidades de trabalho, constituidor do sujeito.

Harmonia com as escolas – As ações do Programa buscam alinhamento com os projetos político pedagógicos das escolas frequentadas pelas crianças e adolescentes atendidos.

Compromisso com o desenvolvimento integral e a dignidade da criança e do adolescente – A participação dos atores se dá de forma integrada, livre de preconceitos e fundamentada no potencial das crianças e adolescentes para atuarem como protagonistas na transformação da realidade.

Proteção integral à criança e ao adolescente – É fortalecida quando há integração de propósitos e de iniciativas que envolvam a família, a escola e a comunidade.

Competência do educador social – Os educadores sociais são fundamentais no processo, o que justifica a capacitação permanente desses profissionais, condição essencial para o alcance dos objetivos do Programa.

Cuidado socioambiental – O cuidado com si próprio, com o outro, com as coisas e com o entorno favorece a construção de valores e atitudes socioambientais.

Expansão e diversificação de espaços e tempos educativos – A extrapolação dos espaços da escola e a variedade das atividades propostas são condições fundamentais para a concretização das ações, pois ampliam os desejos e as possibilidades de desenvolvimento pessoal e profissional.

Compartilhamento das boas práticas – A disseminação de experiências bem-sucedidas fortalece os acertos e contribui para a superação de desafios e situações-problema.

Gestão participativa e integrada – As decisões e ações se dão de forma compartilhada e as dimensões pedagógica e administrativa são conduzidas de forma integrada e coerente.

3. Marco referencial

3.1 Marcos legais

De âmbito internacional

Declaração Universal dos Direitos Humanos

Estabelece a proteção universal dos direitos humanos como o ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações.

Convenção sobre os Direitos da Criança

Acordo internacional sobre os direitos da criança, adotado pela Assembleia Geral das Nações Unidas.

Declaração de Salamanca

Documento da Organização das Nações Unidas – ONU. Demanda aos Estados que assegurem que a educação de pessoas com deficiências seja parte integrante de seus sistemas educacionais.

De âmbito nacional

Constituição da República Federativa do Brasil

Assegura o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias.

Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA

Dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, considerando que a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Plano Nacional de Educação

Diretrizes, metas e estratégias para a educação nacional, vigentes a partir de 2011 e até 2020.

Parâmetros Curriculares Nacionais

Referencial de qualidade para a educação em todo o país. Sua função é orientar e garantir a coerência dos investimentos no sistema educacional, socializando discussões, pesquisas e recomendações, subsidiando a participação de técnicos e professores brasileiros, principalmente daqueles que se encontram mais isolados, com menor contato com a produção pedagógica atual.

Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3

Diretrizes, objetivos estratégicos e ações programáticas destinadas à consolidação dos direitos humanos.

Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos - PNEDH

Orientações para a construção de políticas, ações e programas comprometidos com uma cultura de respeito aos direitos humanos.

3.2 Marcos teóricos

Abordagem multirreferencial

Essa abordagem propõe um olhar mais plural sobre o Programa, ancorado na noção de que para interpretar a complexidade dos fenômenos sociais é preciso romper com as visões unilaterais e reducionistas da realidade. As pessoas, as relações interpessoais, a vida do grupo e as relações de poder pessoal e institucional são complexas e precisam ser articuladas dentro de uma perspectiva humanizadora e emancipadora.

Abordagem histórico-cultural do desenvolvimento humano

Essa abordagem tem como principal fonte os estudos de Vygotsky e dá ênfase à relação existente entre o indivíduo e o contexto sociocultural. Sustenta que, ao interagir com a história e a cultura de seu tempo, o sujeito pode modificar o seu contexto e, ao mesmo tempo, ser modificado por ele.

Dessa forma, o desenvolvimento humano é influenciado por uma relação dinâmica que existe entre os nossos fatores internos e o contexto social em que vivemos.

Pedagogia libertadora

Essa pedagogia, cujo principal pensador é o educador Paulo Freire, sustenta-se no questionamento constante da realidade, no sentido de compreendê-la, levantar hipóteses e transformá-la.

Distancia-se de qualquer tentativa de acomodação, adaptação, acobertamento de conflitos, contradições, injustiças e se fortalece na mútua dependência entre as partes e o todo, e na valorização da coletividade.

Pressupõe que os sujeitos abandonem a ideia de um destino já traçado por terceiros e reconheçam que, por meio de uma ação efetiva, possam construir o seu futuro e o da sociedade.

Pedagogia dos direitos

A vulnerabilidade social de crianças e adolescentes é fruto de uma história de desigualdades sociais, marcada pela dominação e pela inferiorização das classes populares. Uma vida adulta digna e produtiva, livre da opressão e da alienação, se constrói na luta para assegurarmos o cumprimento dos direitos conquistados e da implementação de políticas públicas e iniciativas da sociedade privada e do terceiro setor que garantam proteção integral às crianças e aos adolescentes.

Essa proteção integral pressupõe o atendimento de necessidades básicas – alimentação, moradia, saúde, diversão e educação de qualidade: que integre a escola, a família e a comunidade; que seja capaz de desenvolver a criticidade, a criatividade e a capacidade de ação para a superação das citadas desigualdades, o que exige competência de seus educadores.

Trabalho

Compreende-se trabalho como atividade produtiva que pode caracterizar-se por: trabalho doméstico, trabalho autônomo, emprego e voluntariado.

Os homens se formam no trabalho, e o trabalho é a condição fundamental para que se tornem humanos. No entanto, o trabalho pode, contraditoriamente, levar à desumanização.

A consciência de que a formação para o trabalho se dá ao longo da vida, o que compreende a infância e a adolescência, exige posturas firmes e efetivas no sentido da valorização do potencial dos sujeitos, da apresentação das diversas possibilidades de trabalho oferecidas e da ampliação das oportunidades de trabalho digno, favorecendo a superação da citada desumanização e a extinção do trabalho infantil.

Prática pedagógica

A prática pedagógica voltada para crianças e adolescentes deve possibilitar a apropriação de saberes que sejam aperfeiçoados e adaptados por esses sujeitos às suas necessidades e interesses, favorecendo o gozo dessas etapas da vida, o desenvolvimento integral e a preparação para o mundo dos adultos.

Amparada na pedagogia lúdica, em que a busca pelo conhecimento e a aquisição de competências são prazerosas e contempla espaços para a brincadeira, deve valorizar a criatividade, a dinamicidade, a descontração e a alegria, sem desvalorizar outros sentimentos. Uma pedagogia lúdica considera o direito da criança e do adolescente à brincadeira, dimensão humana inalienável de organização, de socialização, de conhecimento do mundo e de construção da cidadania.

As ações educacionais devem ser permeadas pelo diálogo e pela afetividade. Essas ações ao voltarem-se para o desenvolvimento de competências de ordem individual ou coletiva, sejam comportamentais, cognitivas, éticas ou estéticas, devem valorizar a solidariedade, a cooperação, o cuidado com si próprio, com o outro, com o ambiente e a exploração de espaços e tempos que possibilitem novas vivências.

Planejamento, monitoramento e avaliação são indissociáveis da prática educativa. Ao tempo em que propiciam o aprimoramento e o alcance dos objetivos propostos, reportam-se ao compromisso e à responsabilidade dos diferentes atores envolvidos, à excelência do trabalho e aos deveres éticos e políticos.

4. Objetivos

4.1 Objetivo geral

Promover o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes de famílias de baixa renda, por meio de ações educacionais que favoreçam a inclusão socioproductiva e ampliem a consciência cidadã.

4.2 Objetivos específicos

1. Desenvolver **competências** individuais e coletivas, voltadas à afetividade, à sociabilidade, à cooperação, à solidariedade e à cidadania.
2. Desenvolver o **protagonismo**, a autonomia e a criticidade das crianças e adolescentes.
3. Capacitar **educadores sociais**, disponibilizando ações de educação – inicial e continuada.
4. Envolver as **famílias** nas ações direcionadas para o desenvolvimento integral das crianças e adolescentes.
5. Contribuir para a permanência e o aprendizado na **escola**.

6. Desenvolver ações que envolvam a **comunidade**, no sentido da ampliação dos direitos e deveres das crianças e adolescentes.
7. Estimular a articulação, em âmbito local, entre as diversas **políticas públicas** relacionadas aos objetivos do Programa.
8. Promover a **inclusão produtiva** – emprego, estágio, empreendedorismo e voluntariado – de jovens com 14 a 18 anos de idade incompletos.

5. Prática pedagógica

A prática pedagógica do *Programa Integração AABB Comunidade* é sustentada por uma concepção de educação que privilegia a construção coletiva do conhecimento e favorece o desenvolvimento do pensamento crítico e criativo, a autonomia e a consolidação da cidadania.

Assim, traduz-se em situações que:

- contemplam abordagens multirreferenciais;
- consideram a complexidade dos temas estudados, tratando-os de forma multidisciplinar, interdisciplinar e transdisciplinar;
- despertam a curiosidade, a vontade de conhecer;
- valorizam o diálogo entre os sujeitos – educadores e educandos;
- possibilitam reflexões e ações permeadas pela criticidade;
- reconhecem e respeitam a diversidade;
- resultam em aprendizagens significativas;
- pressupõem uma atuação em rede.

5.1 Metodologia

A aprendizagem é construída a partir de procedimentos operatórios como a observação, a experimentação, a comparação, a análise e a síntese. Esses procedimentos são desenvolvidos em diferentes atividades, muitas vezes organizados na forma de projetos de trabalho ou resolução de situações-problema.

5.2 Macrocampos do conhecimento

Os temas propostos para estudo harmonizam-se com o currículo da escola formal e estão distribuídos em 9 grandes grupos de conhecimentos, denominados macrocampos:

- *Acompanhamento pedagógico – Leitura e escrita;*
- *Acompanhamento pedagógico – Matemática;*
- *Comunicação e tecnologia da informação;*
- *Cuidado socioambiental;*
- *Cultura e artes;*
- *Direitos humanos e cidadania;*
- *Esportes e jogos;*
- *Saúde integral;*
- *Trabalho e protagonismo.*

Acompanhamento pedagógico – Leitura e escrita

Conteúdos necessários ao domínio da língua, oral e escrita, que favoreçam a comunicação, o acesso à informação, a expressão, o compartilhamento de ideias e visões de mundo e a produção de conhecimento, decorrendo em participação social efetiva.

Acompanhamento pedagógico – Matemática

Conteúdos relacionados à Matemática, apresentados em contextos que tenham significado para o educando, favorecendo o desenvolvimento do raciocínio e a resolução de problemas da vida cotidiana.

Comunicação e tecnologia da informação

Conteúdos relacionados aos principais meios, processos e sistemas de comunicação, contemplando as linguagens falada e escrita, a comunicação não verbal (expressão corporal e imagens) e as novas tecnologias da informação (internet, telefonia celular, entre outras).

Cuidado socioambiental

Conteúdos afetos às interações sociais que favoreçam uma relação harmoniosa com o outro e com o meio ambiente, considerando os aportes das ciências da natureza em seus elementos físicos, químicos e biológicos, por meio do trabalho, da ciência, da arte e da tecnologia.

Cultura e artes

Conteúdos referentes às diferentes expressões culturais e artísticas (literatura, cinema, teatro, música, dança, pintura, escultura, entre outras) que favoreçam a sensibilidade, a percepção, a reflexão e a imaginação.

Direitos humanos e cidadania

Conteúdos relacionados aos direitos humanos e ao exercício da cidadania, que favoreçam interações sociais saudáveis e uma atuação responsável e crítica nos diversos espaços sociais (escola, família, clubes, grupos de amigos, entre outros).

Esportes e jogos

Conteúdos relacionados a esportes e jogos, que incorporem à dimensão biológica, as dimensões afetiva, cognitiva e sociocultural.

Saúde integral

Conteúdos que abordam a saúde como estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas como ausência de doença, realçando que esse estado resulta da construção permanente de cada indivíduo e da coletividade.

Trabalho e protagonismo

Conteúdos que favoreçam a compreensão do mundo do trabalho como atividade produtiva, seja o trabalho doméstico, o trabalho autônomo, o emprego ou o voluntariado, possibilitando o conhecimento das diversas possibilidades de trabalho e os mecanismos para inserção profissional.

5.3 Seleção dos temas a serem estudados

A seleção e priorização dos temas a serem estudados em cada macrocampo devem ser precedidas de análise sobre:

- o contexto em que se dá a ação educacional;
- a importância do tema para a vida do educando e para o exercício da cidadania;
- a forma como cada tema se articula com os demais;
- que competências pretende-se que os educandos construam.

Para inspirar e orientar o planejamento das atividades, encontram-se disponíveis no site do Programa nove Cadernos de Oficinas, correspondentes aos nove macrocampos do conhecimento propostos.

5.4 Organização do tempo e espaços

As atividades do Programa deverão ser desenvolvidas no período mínimo de 10 meses, a cada ano de execução do convênio, exceto no ano em que ocorrer a formalização do convênio, quando o período de funcionamento dependerá da data de formalização.

O calendário anual de funcionamento, a ser definido pelo conveniente, deverá, preferencialmente, coincidir com o calendário escolar do município e, em especial, com o calendário das escolas frequentadas pelos educandos do Programa.

As atividades deverão ser desenvolvidas em pelo menos três dias da semana – 4 horas ao dia, no contraturno escolar.

Ao organizar o tempo das atividades os coordenadores e educadores estão conscientes de que não devem se limitar ao parâmetro de jornada, ou seja, ao período de tempo em que elas se realizam. Assim, orientam-se, também, pela convicção de que:

- crianças e adolescentes têm percepções de tempo diferentes, e isso precisa ser levado em conta na definição do tempo das atividades;
- a distribuição do tempo deve ser coerente com as necessidades, interesses e motivações dos educandos;
- aspectos afetivos, emocionais, culturais e éticos devem permear os tempos das atividades, os tempos de descanso, os tempos de socialização, entre outros.

Com relação à organização do espaço, valoriza-se a exploração dos diferentes espaços não convencionais de educação, seja no âmbito da AABB (campo de futebol, quadras poliesportivas, piscinas, salões, jardins, bosques) ou fora dela. Assim praças, museus, exposições, feiras, bibliotecas, centros de informática, laboratórios, fazendas, indústrias, tudo se transforma em espaço educacional, propiciando a interação com a comunidade e a ampliando as possibilidades de conhecimento e atuação social.

Uma vez que as atividades rotineiras do Programa são desenvolvidas na AABB, os educandos, bem como o coordenador pedagógico, os educadores,

o auxiliar administrativo, dentre outros colaboradores, deverão se sujeitar às normas de funcionamento da AABB.

Sempre que realizadas atividades fora das AABBs os educandos deverão estar formalmente autorizados, pelos seus pais ou responsáveis, à participação.

5.5 Seleção e enturmação dos educandos

A seleção das escolas e dos respectivos educandos que participarão do Programa é de responsabilidade do(a) convenente, vedada a participação de crianças e adolescentes filhos de associados da AABB e de funcionários do Banco do Brasil.

Os educandos selecionados para participar do Programa deverão ser cadastrados ao início de cada ano e deverão ser autorizados formalmente pelos pais ou responsáveis.

Na enturmação prevalecem os critérios relacionados à idade e ao desenvolvimento escolar. No entanto, os coordenadores e educadores devem estar atentos às oportunidades de envolver crianças e adolescentes em uma mesma atividade, seja um jogo cooperativo, uma visita, ou uma roda de conversa. A heterogeneidade e a diversidade são vistas como oportunidades de interação e aprendizado.

5.6 Equipe AABB Comunidade

A *Equipe AABB Comunidade* que atua em cada AABB onde o Programa se realiza é composta pelo coordenador pedagógico, pelos educadores e pelo auxiliar administrativo.

O parâmetro estabelecido para a definição do número de educadores é de, no mínimo, um educador para cada 25 alunos ou fração.

Assim, uma AABB com 100 educandos, que é o número ideal de educandos, deverá ter o seguinte quadro na *Equipe AABB Comunidade*:

- 1 coordenador pedagógico
- 4 educadores sociais;
- 1 auxiliar administrativo.

Já uma AABB que tenha 132 educandos terá o seguinte quadro:

- 1 coordenador pedagógico
- 6 educadores sociais;
- 1 auxiliar administrativo.

Para os convênios firmados a partir de 2013 o número de educandos será, sempre, 100.

Relacionamos a seguir a função, a formação acadêmica e perfil desejados, e principais atribuições de cada um desses atores.

Coordenador pedagógico
Função Coordenação pedagógica e administrativa do Programa.
Formação acadêmica Graduação em Pedagogia, com especialização <i>lato sensu</i> em Gestão Educacional.
Perfil <ul style="list-style-type: none"> ▪ Capacidade para atuar com flexibilidade em equipe multidisciplinar, valorizando o diálogo, a criação de espaços democráticos, o acolhimento, a diversidade e a autonomia dos sujeitos. ▪ Capacidade para colocar-se como mediador entre o parceiro, os educadores, os educandos, as famílias e a comunidade em geral. ▪ Capacidade para orientar ações educacionais e administrativas do Programa, de forma proativa, favorecendo a participação e a coesão dos componentes da Equipe AABB. ▪ Capacidade para planejar, desenvolver, monitorar e avaliar ações didático-pedagógicas de caráter crítico-transformadoras, de forma organizada e sistemática. ▪ Compromisso com a educação continuada e o aprimoramento profissional, por meio de iniciativas próprias ou oferecidas pelos instituidores e empregador. ▪ Compromisso com a formação de cidadãos críticos e autônomos, e com a transformação social. ▪ Compromisso com a garantia de direitos e com o exercício de deveres do cidadão. ▪ Domínio de conhecimentos pedagógicos de base humanista, contemplando fundamentos filosóficos, psicossociais e ético-políticos.

- Persistência frente a desafios e situações-problema, atuando de forma respeitosa, solidária e criativa.

Postura ética nas relações com famílias, escolas e comunidade, bem como na comunicação interpessoal e institucional.

Principais atribuições

- Acompanhar a realização de exames médicos e odontológicos dos educandos.
- Adquirir itens dos kits: *Cantina, Macrocampos, Material de uso permanente, Natação – Educador**, *Natação – Educando**, *Primeiros socorros, Uniforme – Educador e Uniforme – Educando*.
- Assessorar o(a) conveniente na elaboração de relatórios.
- Auxiliar a AABB na guarda, conservação e manutenção de materiais, equipamentos e documentos.
- Conduzir, juntamente com o presidente da AABB, ocorrências de acidentes pessoais envolvendo educandos.
- Coordenar as ações de seleção das escolas e respectivos educandos que participarão do Programa.
- Criar e manter em funcionamento o Conselho Deliberativo Participativo.
- Elaborar planejamentos pedagógicos em conjuntos com os educadores.
- Estimular a participação dos educadores nos cursos presenciais e a distância disponibilizados pelos instituidores.
- Manter o cadastro de educandos e educadores permanentemente atualizado.
- Mencionar a participação da FENABB e da FBB nos eventos realizados e respectivas iniciativas de divulgação.
- Realizar reuniões periódicas com os pais ou responsáveis pelos educandos para tratar de questões administrativas e pedagógicas, especialmente no início de cada semestre.
- Zelar pelo bem-estar dos educandos durante o desenvolvimento das atividades do Programa.

* Os kits Natação Educando e Natação Educador só se encontram disponíveis para os Convênios em que as AABBs possuam piscina em funcionamento e registrada no SIGA.

Educador social

Função

Condução das atividades educativas do Programa.

Formação acadêmica

Graduação na área de Educação – Pedagogia ou licenciaturas.

Perfil

- Capacidade para atuar com flexibilidade em equipe multidisciplinar, valorizando o diálogo, a criação de espaços democráticos, o acolhimento, a diversidade e a autonomia dos sujeitos.
- Capacidade para planejar, desenvolver, monitorar e avaliar ações didático-pedagógicas de caráter crítico-transformadoras, de forma organizada e sistemática.
- Compromisso com a educação continuada e o aprimoramento profissional, por meio de iniciativas próprias ou oferecidas pelos instituidores e empregador.
- Compromisso com a formação de cidadãos críticos e autônomos, e com a transformação social.
- Compromisso com a garantia de direitos e com o exercício de deveres do cidadão.
- Domínio de conhecimentos pedagógicos de base humanista, contemplando fundamentos filosóficos, psicossociais e ético-políticos.
- Persistência frente a desafios e situações-problema, atuando de forma respeitosa, solidária e criativa. Domínio de conhecimentos pedagógicos de base humanista, contemplando fundamentos filosóficos, psicossociais e ético-políticos.

Postura ética nas relações com famílias, escolas e comunidade, bem como na comunicação interpessoal e institucional.

Principais atribuições

- Conduzir as atividades educativas previstas.
- Elaborar planejamentos pedagógicos em conjunto com o coordenador pedagógico e demais educadores.
- Participar das reuniões de cunho administrativo-pedagógico propostas pelo coordenador pedagógico.
- Zelar pelo bem-estar dos educandos durante o desenvolvimento das atividades do Programa.

Auxiliar administrativo

Função

Auxílio ao coordenador pedagógico no desenvolvimento de atividades de cunho administrativo.

Formação acadêmica

Ensino Médio.

Perfil

- Capacidade para atuar com flexibilidade em equipe multidisciplinar, valorizando o diálogo, a criação de espaços democráticos, o acolhimento, a diversidade e a autonomia dos sujeitos.
- Capacidade para planejar e desenvolver ações de forma organizada e sistemática.
- Compromisso com a educação continuada e o aprimoramento profissional, por meio de iniciativas próprias ou oferecidas pelos instituidores e empregador.
- Compromisso com a formação de cidadãos críticos e autônomos, e com a transformação social.
- Persistência frente a desafios e situações-problema, atuando de forma respeitosa, solidária e criativa.
- Postura ética nas relações com famílias, escolas e comunidade, bem como na comunicação interpessoal e institucional.

Principais atribuições

- Assessorar o coordenador pedagógico na emissão de relatórios.
- Cadastrar educadores e educandos e atualizar registros.
- Coletar documentos.
- Manter organizados materiais, equipamentos e documentos.
- Registrar solicitações de recursos, dando encaminhamento à documentação decorrente desses registros.

5.7 Novas tecnologias aplicadas à Educação

Os instituidores do Programa estão atentos à necessidade de capacitar coordenadores, educadores e educandos para o uso de novas tecnologias da informação e comunicação que favoreçam ao processo educativo.

Dessa forma, estimulam o uso, como recursos didáticos, da Internet, de equipamentos e de aplicativos que combinem textos, gráficos, animação, vídeo, som e qualquer outra mídia que venha a ser desenvolvida.

5.8 Planejamento pedagógico

O planejamento pedagógico é elaborado em duas etapas: *Planejamento Pedagógico Macro* e *Planejamento Pedagógico Anual*.

Etapa 1 – Planejamento Pedagógico – Macro

Nessa etapa o coordenador pedagógico, após discussão com a sua equipe de educadores sociais, descreve, no formulário **PPP01 – Planejamento pedagógico – Macro**, para cada um dos macrocampos relacionados a seguir, as informações constantes dos itens a, b e c:

- *Cuidado socioambiental;*
 - *Esportes e jogos;*
 - *Direitos humanos e cidadania;*
 - *Cultura e artes;*
 - *Comunicação e tecnologia da educação;*
 - *Saúde integral;*
 - *Trabalho e protagonismo.*
- a. Os temas que serão objeto de estudo ao longo dos quatro anos previstos para a realização do Programa na localidade.
- b. Justificativa(s) para a escolha do tema sob o ponto de vista do contexto local, regional ou nacional – que características ou circunstâncias de pelo menos um desses contextos justificam a seleção do tema.
- c. Justificativa(s) para a escolha do tema sob o ponto de vista dos objetivos, princípios, marcos legais e teóricos, entre outros aspectos do PPP – que aspectos do PPP justificam a seleção do tema.

Os macrocampos *Acompanhamento Pedagógico – Leitura e Escrita* e *Acompanhamento Pedagógico – Matemática* serão trabalhados a partir dos demais macrocampos, sempre em harmonia com o currículo das escolas frequentadas pelos educandos e considerados o desempenho e necessidades de cada educando atendido pelo Programa.

Etapa 2 – Planejamento Pedagógico – Anual

Nessa etapa o coordenador pedagógico orienta os seus educadores no sentido de que, para cada tema proposto na elaboração do Planejamento Pedagógico – Macro, sejam descritos, no formulário **PPP02 – Planejamento Pedagógico - Anual**:

- os subtemas que serão estudados;
- as atividades que serão desenvolvidas para o estudo de cada subtema;
- o período em que cada subtema será estudado.

Na elaboração do Planejamento Pedagógico – Anual é importante que os subtemas estejam em consonância com as justificativas apresentadas no Planejamento Pedagógico – Macro.

5.9 Recursos

Os principais recursos necessários ao desenvolvimento do Programa são fornecidos, a saber:

- pelo(a) conveniente – alimentação, transporte e exames médicos e odontológicos dos educandos e remuneração da Equipe AABB – coordenador pedagógico, educadores e auxiliar administrativo;
- pela FBB – uniformes, móveis, equipamentos e utensílios destinados à cantina e refeitório e material didático-pedagógico;
- pela FENABB – Verba Manutenção, Verba Pequenas Reformas e Verba Equipamentos de Informática (Computador e Impressora) destinadas à AABB onde o Programa é desenvolvido.

5.10 Acompanhamento e avaliação dos educandos

O acompanhamento e avaliação do desempenho dos educandos deverá se dar de forma processual, perpassando todas as atividades desenvolvidas e considerando a abordagem multidisciplinar que caracteriza a proposta pedagógica.

A sistematização desse acompanhamento e avaliação se dará pela análise do desempenho escolar, especialmente no período anual que antecedeu o ingresso no Programa.

Para tanto, a coordenação pedagógica obterá os dados de desempenho junto às escolas para alimentar o formulário **PPP03 - Educando – Desempenho Escolar**, que deverá ser objeto de análise em conjunto com os educadores sociais, no sentido de orientar estratégias e objetivos pedagógicos que favoreçam o desempenho dos educandos.

Oportunamente, será discutida com os coordenadores pedagógicos a implementação de outras estratégias de acompanhamento e avaliação dos educandos.

6. Monitoramento e Avaliação

O funcionamento do Programa é monitorado e avaliado à distância pela FBB, em seus aspectos estratégicos, administrativos e pedagógicos.

A partir de 2014 a Fenabb instituiu processo de Monitoramento e Avaliação *In loco*, cuja realização está condicionada à disponibilidade orçamentária, também direcionado às questões estratégicas e administrativas, mas com foco nas questões de ordem pedagógica, no sentido de fortalecer a Equipe AABB – coordenador pedagógico, educadores sociais e auxiliar administrativo.

Os aspectos positivos e as iniciativas exitosas, bem como os que evidenciam pontos críticos ou fragilidades são divulgados, periodicamente, a todas as AABBs participantes do Programa, como estratégia de aprimoramento das ações de responsabilidade dos diferentes atores que conduzem o Programa, inclusive os instituidores – Fenabb e FBB.

Por se tratar de um Programa voltado para crianças e adolescentes é recomendado o seu registro no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, tendo o Conselho Tutelar como órgão fiscalizador e orientador.

7. Projeto político-pedagógico – Âmbito local

Esse Projeto procura contemplar a diversidade do Programa, presente em todas as regiões e na quase totalidade das unidades federativas. Assim, é importante que cada Equipe AABB, orientando-se pelo aqui disposto, contemple especificidades de sua região e município, adequando-o à sua realidade.

Ressaltamos, também, que esse documento é, por natureza, dinâmico. Portanto, contempla, permanentemente, ajustes e aprimoramentos que poderão ser propostos por todos os que se interessam pela qualidade do Programa, especialmente pela Equipe AABB Comunidade.